

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.315 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 2001



JADER

O presidente do Senado, Jader Barbalho (foto), pede a abertura de inquérito contra a revista IstoÉ, por publicar matéria "leviana, mentirosa e irresponsável".

PÁGINA 4

CFC

Senador Ney Suassuna (foto) anuncia para o dia 19 uma acareação entre Eduardo Jorge e dois procuradores da República.

PÁGINA 4



CAE votará normas para correção das contas do FGTS

Romero Jucá, relator do projeto de correção do FGTS, dará seu parecer amanhã



Projeto de lei do Executivo, aprovado com alterações pela Câmara, prevê deságios progressivos para quem tiver mais de R\$ 2 mil a receber. Governo espera aprovação ainda neste semestre

PÁGINA 3



CAS examina projeto que regulamenta o Fundo contra a Pobreza

PÁGINA 3

PLENÁRIO

Proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental é um dos destaques na pauta do Senado para esta semana.

PÁGINA 5



Representação contra Eurico Miranda enviada a Brindeiro

A CPI do Futebol encontrou elementos que podem enquadrar o presidente do Vasco, deputado Eurico Miranda, em diversos crimes.

PÁGINA 8

LDO

A apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias será acelerada esta semana pela Comissão Mista de Orçamento, para que o Congresso Nacional possa votar o projeto no final do mês.

PÁGINA 3

João Alberto pede ênfase para diplomacia comercial

Senador considera oportuna mudança na atual política externa "defensiva" do país

Ao comentar o relatório anual do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres, intitulado *Balço Estratégico 2000/2001*, o senador João Alberto (PMDB-MA) defendeu uma reestruturação do Ministério das Relações



João Alberto chama atenção para os desafios das negociações multilaterais

Exteriores, para dar maior ênfase à diplomacia comercial, na sua opinião mais apropriada à nova realidade e aos desafios das negociações comerciais multilaterais.

— Nada mais oportuno do que modificar a atual política defensiva do Ministério das Relações Exteriores, para que o Brasil efetivamente assumira seu papel de liderança no

relacionamento internacional, intensificando seus posicionamentos e sua mensagem de democracia e igualdade de tratamento — afirmou.

Para demonstrar que há urgência em iniciativas convinentes de defesa dos interesses do Brasil no exterior, João Alberto lembrou embates recentes, como o embargo do Canadá às exportações de carne, as divergências com laboratórios americanos quanto aos medicamentos para combater a Aids e a tentativa dos Estados Unidos de antecipar a vigência da Área de Livre Comércio das Américas.

Fogaça quer retorno de menino retido em Taiwan

O senador José Fogaça (PMDB-RS) solicitou das autoridades brasileiras providências imediatas para conseguir o retorno ao país do menino brasileiro Iruan, de 8 anos, retido em Taipé, capital de Taiwan, pelos familiares de seu pai.

Fogaça destacou que os familiares da mãe de Iruan, brasileira, foram recebidos pelo ministro da Justiça, José Gregori, que prometeu enviar esforços nesse sentido. O fato de o Brasil não manter relações diplomáticas institucionais com Taiwan — por

exigência da China — pode dificultar os entendimentos, mas a justiça deverá prevalecer, disse o senador.

Ele relatou que o menino perdeu a mãe, ainda pequenino, tendo sido criado pela avó materna. O pai abriu mão do pátrio poder em favor dessa avó e, periodicamente, vinha visitar o filho no Brasil. Recentemente, pediu para levar o menino para visitar sua família, em Taipé. O pai faleceu enquanto o menino ainda estava em Taiwan e, agora, a família chinesa não quer devolvê-lo.

CRE examina acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se amanhã, às 17h30, para examinar projeto de decreto legislativo relativo a um acordo entre o Brasil e a Romênia sobre cooperação entre os dois países no combate ao tráfico de entorpecentes. Relatada pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), a matéria tem

parecer favorável.

A CRE vai examinar também a convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores. O relator, Renan Calheiros (PMDB-AL), recomenda a aprovação. A pauta inclui ainda acordo comercial celebrado entre Brasil e Indonésia.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 11 DE JUNHO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: será destinada a comemorar o centenário de nascimento do ex-deputado federal e ex-vice-presidente da República José Maria Alkmin.

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; PLS nº 130/97, autoriza a criação de distrito agropecuário no município de São João Baliza (RR); PDL nº 47/01, aprova o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; PDL nº 55/01, aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica celebrado entre os governos do Brasil e da Ucrânia; PDL nº 56/01, aprova o texto do Acordo, por troca de notas, para Abolição Recíproca da Exigência de Visto de Entrada entre os governos do Brasil e da Hungria; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 268/01, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 14/98, que já se encontra apensado ao PLS nº 657/99, com os de nºs 91/00 e 13/01, por regulararem a mesma matéria; e Requerimento nº 271/01, do senador Ney Suassuna, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PR nº 95/99, de sua autoria.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; PLC nº 9/00, altera o art. 36 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PLC nº 81/00, renova o art. 376 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para permitir a realização de horas-extras por mulheres; PLC nº 8/00, institui o Dia da Televisão; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRS nº 48/00, autoriza a prefeitura de Guarulhos (SP) a contratar operação de crédito visando ao refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais, no valor de R\$ 31,7 milhões, ao amparo da MP nº 2.022-16; PRS nº 49/00, autoriza o estado de Santa Catarina a realizar operação de crédito visando ao refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de R\$ 581,6 milhões; PLS nº 623/99, altera o Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros; PLS nº 103/99, dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; PLS nº 217/00, dá nova redação ao inciso III do art. 4º e à alínea "c" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250/95, que altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas; Emenda nº 1, de plenário, oferecida ao PLS nº 270/99, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de, no mínimo, 22% dos recursos do sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria; PLC nº 49/01, institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); PLC nº 46/01, dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; emendas de plenário oferecidas ao PLS nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte; emendas de plenário nºs 6 e 7, oferecidas ao PLS nº 146/96, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação; e PLC nº 21/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os novos aparelhos de televisão conterem dispositivo que possibilite o bloqueio temporário da recepção de programação inadequada. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: apresentação do relatório apresentado ao PL nº 4/01-CN, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária de 2002 (LDO). *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães — Câmara dos Deputados*

17h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Mensagem nº 122/01, submete à apreciação do Senado o nome de Ronaldo Porto Macedo Júnior para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, com mandato de dois anos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: PDL nº 4/99, aprova o texto do acordo comercial celebrado entre os governos do Brasil e da Indonésia; PDL nº 54/01, aprova o texto do acordo entre os governos do Brasil e da Romênia sobre Cooperação na Área do Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, ao Uso Indevido e à Farmacodependência; e PDL nº 57/01, aprova o texto da Convenção nº 174 da OIT sobre a Prevenção de Acidentes Industriais Maiores, complementada pela Recomendação nº 181. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Após a ordem do dia — CPI das ONGs

Pauta: reunião administrativa. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 46/01, dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Requerimento nº 164/00, do senador Tião Viana, solicitando o sobrestamento do estudo do PLS nº 68/00, a fim de aguardar-se o pronunciamento da Câmara dos Deputados sobre o PLS nº 16/96, que dispõe sobre a mesma matéria; e PLC nº 66/00, que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, emendas de plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLS nº 91/00, que dispõe sobre a divulgação em diário oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado; PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); PLS nº 135/99, altera os artigos 240 e 241 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PLS nº 148/99, que dispõe sobre o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de transporte, alimentação e hospedagem aos pacientes cujo tratamento se realizar fora do local de seu domicílio; PLS nº 162/99 (tramitando em conjunto com os PLSs nºs 288 e 309, de 1999), que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de sequestro; PLS nº 289/99, altera a redação do artigo 75 e seu parágrafo 1º, e do art. 159 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), e suprime o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), para aumentar a pena para os crimes de extorsão, mediante sequestro, e restringir o abrandamento na aplicação da pena; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PLS nº 2/00 (tramitando em conjunto com o PLS nº 21/00), estabelece restrições ao financiamento pelo BNDES a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, alterando a Lei nº 1.628/52; PLS nº 53/00, dispõe sobre o desmembramento dos conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; PLS nº 127/00, modifica o Decreto-Lei nº 911/69, que altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728/65, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária para determinar a correção monetária das parcelas pagas e a avaliação judicial; Requerimentos nºs 234/01, do senador Bello Parga, solicitando ao Ministério da Fazenda esclarecimentos sobre as investigações de Eduardo Jorge Caldas Pereira e sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira; nº 235/01, solicitando ao Ministério da Fazenda, por meio do Banco Central, a relação de todos os depósitos, de quaisquer espécies, oriundos do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, constantes de rastreamento realizado nas contas do ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira, sua esposa Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira e outros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *A Corrente do Bem*, de Mimi Leder. *Audatório Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CAE examina correção do saldo do FGTS

Também serão analisados amanhã pela comissão outros projetos, como o que aumenta o valor dedutível por dependente no Imposto de Renda e o que propõe incentivo fiscal para empresas que contratarem maiores de 40 anos

O projeto de lei do governo que prevê a criação de contribuições para a correção das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) deverá ser analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) amanhã, às 10 horas. O relator da matéria, senador Romero Jucá (PSDB-RR), ainda não divulgou seu parecer. Em audiência pública realizada semana passada na CAE, o ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles, fez um apelo para que o projeto seja aprovado antes do recesso parlamentar de julho.

A matéria foi aprovada com alterações na Câmara dos Deputados. Uma das modificações foi a eliminação do deságio no crédito para os que têm até R\$ 2 mil a receber, ao invés de R\$ 1 mil, como propunha o governo. Quem for receber mais de R\$ 2 mil terá deságios progressivos. Se a CAE aprovar o parecer de Romero Jucá, o projeto estará pronto para ser votado em Plenário. Caso não haja alterações no Senado, a matéria irá à sanção presidencial.

Também está incluída na pauta da CAE a proposta de aumento do valor dedutível por dependente no cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF). O pro-



Romero Jucá ainda não divulgou parecer sobre proposta que corrige saldo de contas do FGTS

jeito é do senador Arlindo Porto (PTB-MG) e aumenta de R\$ 1.080,00 para R\$ 1.632,00 o valor a ser deduzido por dependente do declarante. A proposição tem parecer favorável do relator, José Alencar (PMDB-MG), e será votada em caráter terminativo.

Na pauta da CAE consta ainda outro projeto de modificação das regras do Imposto de Renda, nesse caso para pessoas jurídicas (IRPJ). O senador Jefferson Péres (PDT-AM) propõe a instituição de incentivo fiscal para as empresas que tiverem em seus quadros pelo menos 30% de empregados com mais de 40 anos. De acordo com a proposta, as pessoas jurídicas poderão deduzir do lucro tributável até 25 % do

montante de salários e encargos sociais pagos aos empregados, no limite de 15% do lucro antes de computada a dedução. A medida tem por objetivo incentivar as empresas a contratarem trabalhadores com idade acima dos 40 anos, para evitar o agravamento da marginalização desses profissionais no mercado de trabalho. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), e será examinada também em caráter terminativo.

Outros projetos em pauta dispõem sobre contratações de operações de crédito para a prefeitura de Guarulhos e para o estado de Santa Catarina e sobre regulamentação de operações de seguro e de aplicação de recursos do BNDES. Será ainda examinada proposta do Executivo tratando do Fundo de Combate à Pobreza.

Em outra reunião, convocada para amanhã, a CAE vai apreciar, em votação secreta, a indicação de Ronaldo Porto Macedo Júnior para o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. Ele foi indicado para a vaga de João Bosco Leopoldino da Fonseca e terá um mandato de dois anos.

CAS votará regulamentação do Fundo de Combate à Pobreza

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se na próxima quarta-feira para votar o projeto de lei complementar, já aprovado na Câmara, que dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Combate à Pobreza, aprovado no Congresso, no ano passado, na forma de Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para vigorar até o ano 2010.

Pelo projeto, são receitas do fundo parcela de 0,8% da arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); adicional de cinco pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), incidente sobre produtos supérfluos; dotações orçamentárias e doações de pessoas físicas e jurídicas.

Caberá ao conselho consultivo, cujos membros serão designados pelo presidente da República, opi-



nar sobre as políticas a serem adotadas e as prioridades na aplicação de recursos e acompanhar sua aplicação. O Poder Executivo definirá, a cada ano, os municípios que devem receber ajuda do fundo e os limites de renda mínima familiar dos beneficiados.

A CAS examinará, ainda, projeto de lei originário da Câmara estabelecendo parâmetros para licença de instalação e funcionamento de academias de artes

marciais, ginástica e natação. O projeto exige que a responsabilidade dos estabelecimentos esteja a cargo de profissional habilitado em curso superior de Educação Física.

O projeto define como artes marciais o jiu-jitsu, o judô, o karatê, o tai-chi-chuan, o aikido, o kendo, o taekwondo, o kung fu, a capoeira, o boxe, a luta livre, a luta greco-romana, o kick boxing, o sumô e modalidades similares.

Comissão de Orçamento avança na análise da LDO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, presidida pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), entra nesta semana na reta final dos trabalhos de avaliação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2002. Já estão programadas reuniões para amanhã (dia 12), às 14h30, e quarta-feira (dia 13), às 9h, para discutir o parecer da relatora da proposta apresentada pelo governo, deputada Lúcia Vânia (PSDB-GO). O presidente do Senado, Jader Barbalho, já anunciou que haverá sessão do Congresso Nacional no próximo dia 27 para votar a matéria.

Em seu relatório, a deputada procurou flexibilizar os dispositivos que balizam os investimentos das empresas estatais, de modo a carrear mais recursos para setores prioritários, como o de energia elétrica. Dei-

xa também o governo mais livre para reajustar o salário mínimo e também para conceder reajuste salarial aos servidores públicos.

Pelos novos parâmetros de flexibilização introduzidos pela relatora, as empresas estatais não estariam mais obrigadas pela LDO a contribuir com o equivalente a 0,4% do Produto Interno Bruto (PIB) para a formação do superávit primário de R\$ 31,69 bilhões, equivalente a 2,4% do PIB, segundo as metas acertadas no acordo do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A compensação da contribuição das estatais para a formação do superávit primário seria feita por meio de nova estimativa de arrecadação tributária, decorrente do aumento de inflação esperado para 2002, em razão da crise de energia.

CCJ discute mudanças na propaganda eleitoral

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota, nesta quarta-feira, matérias relativas à reforma política. Entre as propostas a serem discutidas, está projeto apresentado pelo senador Lú-

cio Alcântara (PSDB-CE) que modifica as regras da propaganda eleitoral para os candidatos aos cargos de vice-presidente da República, vice-governador, vice-prefeito e suplente de senador. O relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), elaborou parecer favorável à proposta, que será votada em decisão terminativa pela comissão – o que dispensa a análise do projeto pelo Plenário, exceto se houver recurso de no mínimo um décimo dos senadores em sentido contrário.

Outra proposta em pauta é a de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que reduz o mandato de senador de oito para quatro

anos e altera de 35 para 28 anos a idade mínima para candidatos aos cargos de presidente e vice-presidente da República e senador. A matéria conta com parecer contrário do relator, senador Francisco Pereira (PFL-MG).

Treze dos projetos incluídos na pauta serão apreciados em caráter terminativo. Estão nessa situação quatro propostas, de autoria dos senadores Maguito Vilela e Álvaro Dias (PSDB-PR) e do ex-senador

Luiz Estevão (PMDB-DF), que tramitam em conjunto por tratarem da indisponibilidade dos bens de familiares e vítimas de seqüestro e extorsão e do aumento da pena para esses crimes. Todos receberam pareceres contrários dos relatores, senadores Roberto Requião (PMDB-RS) e Romeu Tuma (PFL-SP), por conterem vícios de constitucionalidade.



José Fogaça elaborou parecer favorável à proposta de Alcântara

Jader: matéria de revista é "mentirosa"

Presidente do Senado encaminha ofício ao procurador-geral da República solicitando abertura de inquérito policial contra a *IstoÉ* em função de reportagem sobre supostas irregularidades na compra e venda de TDAs

O presidente do Senado Federal, Jader Barbalho, encaminhou na sexta-feira ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, ofício em que solicita a abertura de inquérito policial contra a revista *IstoÉ*, à qual acusa de publicar matéria "leviana, mentirosa e irresponsá-



Jader aponta advogado como principal responsável pela tentativa de envolvê-lo no caso

vel" que procura envolvê-lo em episódio irregular de compra e venda de Títulos da Dívida Agrária (TDAs).

No ofício, Jader aponta o advogado Gildo Ferraz como principal responsável pela tentativa de envolvê-lo no caso. O advogado, de acordo com Jader, recorreu à

gravação de fitas de conversas que teria tido com seus clientes depois de não obter êxito na busca de um acordo, na Justiça do Pará, em ação de investigação de paternidade cumulada com ação de alimentos e petição de herança de pretensa herdeira do falecido empresário Jair Bernardino de Souza. Entre os bens objeto dessa ação está a TV RBA, que atualmente tem como um de seus sócios quotistas o presidente do Senado Federal.

Veja a íntegra do ofício

Senhor procurador-geral da República

A revista *IstoÉ*, edição de nº 1654, com a data de 13/6/2001, circulando nesta data, veicula matéria leviana, mentirosa e irresponsável buscando envolver a pessoa do presidente do Senado Federal em suposto episódio de compra e venda de TDAs, que teria ocorrido entre uma pessoa que tivera seu bem expropriado pelo Ministério da Reforma Agrária e o senhor Serafim Rodrigues de Moraes e sua mulher Vera Arantes Campos na construção das mentiras veiculadas.

O âncora da criminosa armação é o senhor Gildo Ferraz e seus "clientes" acima já referidos, procurando envolver em suas negociatas o presidente do Senado Federal.

Quanto aos fatos, ocorre, senhor procurador-geral, que o ad-

vogado Gildo Ferraz tem atuação profissional em ação de investigação de paternidade cumulada com ação de alimentos e petição de herança de pretensa herdeira do falecido senhor Jair Bernardino de Souza, em curso na 9ª Vara Cível da comarca de Belém, na qual o mesmo vem tentando "acordos", isto porque entre os bens objeto da mencionada ação está a TV RBA, que atualmente tem entre seus sócios quotistas o presidente do Senado Federal.

Depois de reiteradas incursões junto aos advogados, ameaças promovidas no Fórum de Belém, estado do Pará, o citado advogado, não logrando alcançar seu intento, recorre ao procedimento de gravações telefônicas ardilosamente engenhadas entre ele e seus "clientes", procurando denegrir e envolver em manobras espúrias a figura do presidente

do Senado.

Como presidente do Senado Federal, repilo a nojenta manobra e nego a sujeitar-me a qualquer chantagem.

Dessa forma, juntam-se os exemplares da citada matéria para propiciar ao Ministério Público a prova indispensável ao inquérito policial e à ação penal contra os detratores, destacando que no caso se aplica a agravante do artigo 23, inciso I, da Lei nº 5.250/67.

Assim sendo, aguardamos que Vossa Excelência requisite com a maior brevidade possível a abertura de inquérito policial a cargo do Ministério Público.

Na oportunidade, apresentamos os protestos da mais alta estima.

JADER BARBALHO

Presidente do Senado Federal

Eduardo Jorge será acareado com procuradores

O ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira estará, no próximo dia 19, frente a frente com os procuradores da República Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Eduardo Jorge vem sendo investigado pelo Ministério Público devido à acusação de envolvimento na liberação de verbas federais para o Tribunal Regional do Trabalho de São



Suassuna: democracia é dar chance de perguntar sobre o que não está transparente

Paulo, de onde foram desviados R\$ 169 milhões.

O anúncio da acareação, após interrogatório, foi feito pelo presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB). "Se Eduardo Jorge for inocente, que prove. Se for culpado, que prove os procuradores", afirmou.

O senador admite que senadores da oposição devem apresentar questionamentos sobre a denúncia do ex-senador Anto-

nio Carlos Magalhães de que Eduardo Jorge teria recebido, em 1998, ordens do presidente Fernando Henrique para que fossem arrecadadas contribuições de empresários para o caixa 2 da campanha da reeleição. "Democracia é isso. É dar chance a todo mundo perguntar sobre tudo que não está transparente."

A CFC também ouvirá nos próximos dias Ricardo Sérgio de Oliveira, ex-diretor de Negócios da Área Internacional e Comercial do Banco do Brasil, para que dê explicações sobre denúncias de cobrança de comissões na privatização das teles.

Bello Parga cita artigo que pede uso moderado de CPI

A proposta de instalação da CPI da Corrupção no Senado, defendida pelo Bloco Oposição, foi alvo de críticas do senador Bello Parga (PFL-MA). Em vez de tecer comentários diretos, Parga fez dele as palavras do advogado e professor universitário João Batista Ericeira,



Bello Parga destaca afirmações do professor Ericeira

autor do artigo "Urge salvar a CPI", publicado pelo jornal *O Estado do Maranhão*.

Ao ler sexta-feira em Plenário, o artigo de Ericeira, o senador pefelista destacou a afirmação do advogado maranhense de que "ultimamente virou moda a instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para apurar tudo ou quase tudo o que ocorre no território nacional".

Após fazer essa constatação, Ericeira adverte que o uso "imo-

derado e inconveniente" das CPIs pode conduzir "ao desgaste e à desmoralização" desse instrumento previsto no regimento das casas legislativas. Alerta ainda que "essa invenção dos sistemas parlamentaristas de governo" estaria sendo usada "em proveito dos inimigos do regime democrático".

Em outro trecho do artigo, considerado um dos mais importantes por Parga, o advogado defende o respeito à distinção das funções dos Poderes da República, lembrando que cabe ao Congresso legislar, ao Ministério Público, investigar, e ao Judiciário, julgar. E adverte os parlamentares para que, quando investidos de atribuições de investigação, não caiam na tentação de fazer da CPI "palanque eletrônico".

Ademir critica resistência de governistas a comissões

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou na sexta-feira, em Plenário, a resistência da base governista à proposta de criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de corrupção na administração pública. Em resposta a pronunciamento de Bello Parga (PFL-MA), Ademir Andrade disse que as CPIs, mais do que o governo federal, têm colhido êxitos na punição de culpados por crimes e irregularidades no setor público.

Ademir contrapôs alguns resultados obtidos por CPIs com exemplos de impunidade partidos do governo. Mencionou a cassação do senador Luiz Estevão e a prisão do juiz Nicolau dos Santos Neto, em relação ao primeiro caso, e a liberdade de que gozam banqueiros que teriam roubado recursos de suas instituições e lesado pequenos investidores e credores.



Ademir: CPIs conscientizam população e desmascaram elites

De acordo com Ademir Andrade, o ex-dono do Banco Econômico Ângelo Calmon de Sá está livre da prisão e atua sem obstáculos como comprador de terras e gado no sul do Pará, mesmo com seus bens tendo sido declarados indisponíveis pela Justiça. Segundo o senador, o presidente Fernando Henrique havia prometido que os banqueiros responsáveis por lesar suas instituições seriam presos.

— Quando não conseguem resultados concretos, as CPIs conscientizam a população e desmascaram a elite — afirmou Ademir.

Em aparte, o senador Bello Parga lamentou que seu colega tivesse interpretado mal as palavras de Ericeira — este seria apenas partidário do uso moderado das CPIs. Parga disse acreditar que uma comissão parlamentar de inquérito da corrupção poderá transformar-se num palco para opositoristas veicularem denúncias fantasiosas.

Plenário discute fundo para Amazônia Ocidental

Também estão previstos para esta semana o exame de diversos acordos internacionais e a votação de uma proposta que altera a CLT para permitir às mulheres trabalhadoras a realização de horas extras

O Senado dá prosseguimento amanhã à discussão, em primeiro turno e em sua terceira sessão, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental. O relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), explicou que o fundo será formado por percentual da receita líquida arrecadada pela União no estado do Amazonas, correspondente ao dobro do percentual da área de proteção ambiental em relação à área total da região, na Amazônia Ocidental.

A PEC prevê que os recursos do fundo deverão ser aplicados em

obras e programas compatíveis com a proteção do meio ambiente nos estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, exceto nos municípios das respectivas capitais, entre 2001 e 2013.

O Senado também discutirá amanhã, em turno único, a aprovação de diversos acordos internacionais, como a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; o Acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica celebrado entre o Brasil e a Ucrânia; e o Acordo para Abolição Recíproca da Exigência de

Visto de Entrada entre Brasil e Hungria.

Na quarta-feira, será discutido em turno único o projeto que pode permitir às mulheres trabalhadoras a realização de horas extras. A relatora da matéria, senadora Maria do Carmo (PFL-SE), observou que já não existe restrição legal ao trabalho extraordinário e noturno para as mulheres, embora a CLT não faça referência e a permanência do artigo 376 não autorize essa modalidade de serviço extraordinário. Por isso, Maria do Carmo apresentou parecer favorável à aprovação do projeto.



Nova da Costa recorda apoio à região no governo Sarney

O senador Nova da Costa (PMDB-AP) disse na sexta-feira que irá propor ações para promover o fortalecimento e o desenvolvimento ordenado da Amazônia. Ele também destacou as ações realizadas na região durante o governo do ex-presidente José Sarney, de quem é suplente no Senado.

Para Nova da Costa, enquanto Sarney ocupou a Presidência da República, a Amazônia foi contemplada com programas prioritários de governo, que objetivaram reduzir os desequilíbrios sociais e econômicos que dividem o Brasil.

— A Amazônia viveu um novo tempo no seu governo, empenhado em planejar o seu desenvolvimento, gerar renda e preparar o Brasil do século 21 — afirmou.

O senador destacou a construção da Ferrovia Norte-Sul como uma medida capaz de corrigir as dispari-

dades regionais, possibilitando a integração da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste. A ferrovia abriu oportunidades para o empresário nacional aproveitar o grande potencial agrícola, mineral e florestal das três regiões, observou.

Nova da Costa, que foi governador do Amapá quando o estado era território federal, citou ainda o zoneamento econômico-ecológico da região, a reorientação do programa de pólos agrominerais e a elaboração do I Plano de Desenvolvimento da Amazônia como feitos importantes do governo de José Sarney para a região. Além disso, a modernização do Banco da Amazônia, incentivos para que a Zona Franca de Manaus conseguisse aumentar as exportações e a criação dos estados de Tocantins, Roraima e Amapá foram, na visão de Nova da Costa, eventos importantes para a Ama-



Para Nova da Costa, a Amazônia viveu "um novo tempo" com Sarney na Presidência da República

zônia no governo Sarney.

Apesar de considerá-los temas válidos, o senador comentou que a excessiva campanha ambientalista pelo controle dos recursos naturais, pelas nações indígenas, e contra as drogas vem sendo conduzida no exterior como "intromissão indesejável em nossa autodeterminação".

Em apêndice, os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) elogiaram o pronunciamento de Nova da Costa.

Alcântara destaca trabalho e influência social das ONGs

Ao comentar o trabalho das Organizações Não-Governamentais (ONGs), o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou a importância da atuação dessas entidades, pois, ao contrário dos governos, que detêm o monopólio da força, as ONGs, observou, são flexíveis, possuem caráter descentralizador e são capazes de estabelecer uniões, parcerias, alianças e compromissos.

— Gradativamente, de maneira independente de forças políticas, do jogo do poder e dos freios institucionais, as ONGs sempre agiram de maneira autônoma e foram ganhando terreno, assumindo novas responsabilidades sociais, conquistando novos adeptos e aumentando a sua capacidade de mobilização da opinião pública de vários países — afirmou Lúcio Alcântara.

Segundo o senador, as ONGs encontram nas propostas sociais globais possibilidades de abertura de caminhos alternativos para diminuir os desequilíbrios que afetam a economia, a saúde, a identidade cultural e a qualidade de vida dos cidadãos em todo o planeta.

As ONGs, destacou Alcântara, têm influência social e são extremamente importantes para a sobrevivência da democracia. A influência, observou, é o aspecto mais importante que permite explicar e medir o alcance

efetivo de suas ações políticas internacionais.

Em seu discurso, o senador também fez um histórico da economia mundial desde a Segunda Guerra até hoje. Diante do vazio deixado pelos estados nacionais, informou ele, novas forças sociais foram se firmando gradativamente em nível mundial. Lúcio Alcântara lembrou que foi na década de 70 o momento inicial da atuação mais efetiva das ONGs como "atores fundamentais no plano internacional", ressaltou.

— Por terem essa capacidade de gerar idéias inovadoras e serem igualmente detentoras de consciências críticas globais, as ONGs conseguiram se colocar na vanguarda das lutas sociais — concluiu o parlamentar.



Na opinião de Lúcio Alcântara, as ONGs conseguiram se colocar na vanguarda das lutas sociais

Cabral defende agência para biodiversidade

Como primeiro lugar entre os países mais ricos em biodiversidade, com um total de 23% das espécies do planeta, o Brasil já deveria ter criado a Agência Nacional de Biodiversidade, afirmou o senador Bernardo Cabral (PFL-AM). "A Suíça dispõe de uma única planta, a Alemanha, de 19, e o Brasil, pasmem os senhores, de 20 mil espécies. É importante que se venha a regulamentar a prospecção e o aprovei-



Bernardo Cabral quer valorização da biodiversidade

tamento dessa riqueza", argumentou.

A propósito do Dia Mundial do Meio Ambiente, Cabral propôs que o país fortaleça uma consciência de prioridade à defesa ambiental na atividade cotidiana. Para tanto, salientou que o país já possui política de educação ambiental, aparelho institucional adequado e legislação completa sobre conservação da natureza, e que o Ministério Público está aparelhado para a vigilância do cumprimento da

lei. Tudo isso foi consolidado com a participação da sociedade civil no processo decisório — na sua opinião, corretamente, pois a defesa do meio ambiente envolve desafios imensos que exigem o engajamento de todos.

— Sem exercício de cidadania não temos defesa do meio ambiente — frisou. — Tancredo Neves dizia que "enquanto houver um homem sem trabalho e uma criança sem escola, toda prosperidade será falsa". Parodiando Tancredo, ressaltou que, enquanto houver um brasileiro sem consciência ambiental, toda a luta em defesa do ambiente será vulnerável.

CPI analisa requerimentos

A comissão parlamentar de inquérito que apura denúncias a respeito de organizações não-governamentais (CPI das ONGs) realizará reunião administrativa de caráter reservado amanhã, logo após a ordem do dia do Senado. O objetivo é discutir e votar requerimentos e assuntos diversos.

Tião Viana aplaude criação de curso de Medicina no Acre

Senador afirma que a instalação desse curso, prevista para o segundo semestre, é mais uma vitória do seu estado no campo do ensino e da saúde

O senador Tião Viana (PT-AC) informou em discurso sexta-feira que o Ministério da Educação autorizou a Universidade Federal do Acre a contratar professores para implantar um curso de Medicina ainda no segundo semestre deste ano. Com isso, observou, os estudantes do estado não terão mais que se dirigir à Bolívia ou ao Centro-Sul para fazer seus cursos, como ocorre hoje. A Universidade de Brasília dará apoio à instalação do curso.

— Esta é mais uma vitória do Acre no ensino e na saúde. O go-



Segundo Tião Viana, ensino médico no Acre terá apoio da UnB

verno Jorge Viana está aplicando 30% de suas receitas na educação, permitindo o sucesso de programas como o Saúde da Família, iniciado com a assistência de médicos de Cuba — disse.

O novo curso, conforme o senador, buscará qualidade na formação de seus alunos, e não a simples quantidade de estudantes. “Não será um curso como os que existem no país, onde a metade seria fechada se houvesse uma avaliação mais rigorosa de sua qualidade.”

Os investimentos na educação

e na saúde, continuou Tião Viana, permitirão que o Acre consiga caminhar rumo à recomendação da Organização Mundial de Saúde para que exista um médico para cada 500 habitantes. O senador informou que o Ministério da Saúde também autorizou a contratação de mais dois médicos para cada município do Acre.

— As boas notícias para o Acre não param aqui. O número de enfermeiros no estado aumentou 400% nos últimos anos. Os hospitais do Acre agora darão atendimento em neurocirurgia e quimioterapia, evitando que os doentes sejam deslocados para outros estados quando devem ser tratados nessas áreas. Em breve, haverá no estado tratamento de radioterapia — disse.

Comissão examina concessões de rádio

A Comissão de Educação examina, em reunião extraordinária nesta sexta-feira, a outorga e a renovação da concessão de 18 emissoras de radiodifusão.

Estão na pauta da CE concessões às seguintes rádios: Educadora de Limeira (SP); Fundação Universidade Regional de Blumenau (SC); Estação FM de Carlos Barbosa (RS); Associação Comunidade de Vargem Alegre (MG); Itatiaia de Pedro Leopoldo (MG); Colonial FM de São João Del Rey (MG); Educacional e Cultural de Uberlândia (MG); Associação Comunitária Vale da Eletrônica FM de Santa Rita do Sapucaí (MG); Associação de Difusão Cultural e Comunitária Ebenézer de Paraguaçu Paulista (SP); Associação Clamor dos Pobres, em Caiabu (SP); Associação Saúde Kassis de Macaúbal (SP); Itapema FM de Florianópolis (SC); Cidade de Cascavel

(PR); Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo (PR); Associação Comunitária Artística e Cultural Vale de Autazes (AM); Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Centro, de Girau do Ponciano (AL); Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas, de Formiga (MG); Fundação Educativa e Cultural São Francisco, de Itaúna (MG).

Assinado convênio com Iesb para estágio

O Senado Federal firmou convênio com o Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb) para a concessão de estágio a estudantes de cursos de graduação vinculados a essa unidade de ensino. O acordo foi assinado sexta-feira, pelo diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, e pela diretora-geral da entidade de ensino, Eda Coutinho Barbosa Machado de Souza.

— A intenção do Senado é ajudar o estudante a obter conhecimento e experiência profissional — explicou Agaciél. Com a formalização desse convênio, o Iesb amplia o rol de instituições



Acordo é assinado pelo diretor-geral do Senado e pela diretora do Iesb

de ensino superior que já firmaram acordos do gênero com o Senado, como a Universidade de Brasília, a Universidade Católica e o Uniceub.

O Senado conta com cerca de 320 estagiários, recrutados a partir do quarto período do curso. Segundo Agaciél, a expectativa é de que sejam selecionados 40 alunos do Iesb,

principalmente dos cursos de Comunicação Social, Direito e Administração. “Nossa previsão é chegar a 400 estagiários universitários”, informou.

Os estagiários terão uma carga horária de 20 horas semanais, sendo beneficiados com uma bolsa de R\$ 370,18 e seguro de acidentes pessoais. A permanência será de um ano, renovável por igual período.

Na oportunidade, o diretor-geral do Senado destacou a qualidade do corpo de servidores da Casa, que conta com 52% de profissionais de nível superior. E lembrou a passagem de ex-estagiários que hoje ocupam posição de destaque no mercado de trabalho, como a jornalista Leilane Neubarth, apresentadora do programa *Bom-Dia Brasil*, da Rede Globo.

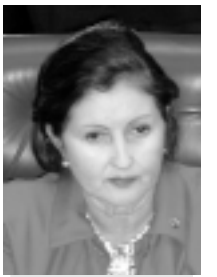
Maria do Carmo aborda na TV problemas da seca

A senadora Maria do Carmo (PFL-SE) é a convidada do programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar hoje às 3h30, 7h30, 12h30 e 20h30. A senadora fala sobre o problema da seca no Nordeste e defende a implementação, pelo governo, de um plano de desenvolvimento na região, com novas tecnologias, educação, levantamento hídrico e fruticultura irrigada.

Já no *Entrevista* que será transmitido às 9h e às 18h30, a socióloga e coordenadora de projetos especiais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Anna Maria Peliano,

fala sobre a pesquisa realizada pelo órgão para levantar dados sobre os investimentos das empresas do setor privado.

O *Agenda Econômica* recebe o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Luís Pinguelli Rosa. Ele faz um diagnóstico da crise energética no Brasil. O programa vai ao ar à 1h e às 6h30, 13h30 e 19h30.



Maria do Carmo cobra plano para Nordeste

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Especial* — Guerra do Contestado
6h30 — *Agenda Econômica* — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia
7h30 — *Entrevista* — A senadora Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste
8h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
8h30 — *Saúde/Unip* — Dor no ombro
9h — *Entrevista* — A coordenadora do Ipea, Anna Maria Peliano, fala sobre a ação social das empresas
9h30 — Comissão de Assuntos Econômicos-Audiência pública com o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles (gravado)
11h30 — *Idéias* — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos
12h — *Especial* — Guerra do Contestado
12h30 — *Entrevista* — A senadora Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade
13h30 — *Agenda Econômica* — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia

14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)

18h30 — *Entrevista* — A coordenadora do Ipea, Anna Maria Peliano, fala sobre a ação social das empresas
19h — *Especial* — Guerra do Contestado
19h30 — *Agenda Econômica* — Luís Pinguelli Rosa, professor da UFRJ, fala sobre a crise de energia
20h30 — *Entrevista* — A senadora Maria do Carmo fala sobre a seca do Nordeste
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Edição da Noite
23h — *Vozes do Século XXI*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal

DirecTV: canal 163

Sky Net: canal 30

Tecsat: canal 17

Internet: www.senado.gov.br

Antena Parabólica - Sistema Digital:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência: 3.644,4 Mhz
- Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- FEC: 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

- Satélite - B1
- Transponder - 11 A-2 (canal 8)
- Polarização - Horizontal
- Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Álvaro lembra centenário de empresa de mate

Ao registrar em Plenário o centenário da fundação da Empresa Leão Júnior, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) destacou que a criação dessa indústria foi um acontecimento ímpar na história empresarial do Paraná, pois ela se notabilizou pela produção do Mate Leão, conhecido em todo o Brasil e exportado para vários países.

Segundo o senador, a empresa Leão Júnior é líder no mercado interno na área de beneficiamento de erva-mate e forma atualmente o maior complexo industrial de chás. Álvaro Dias afirmou que a preocupação ambiental é uma constante na atuação da empresa.

Romero Jucá homenageia atuação da FGV

O lançamento da publicação *Perfil Institucional*, que retrata a trajetória da Fundação Getúlio Vargas (FGV) desde a sua criação, em 1944, levou o senador Romero Jucá (PSDB-RR) a homenagear a instituição. "Seus préstimos à pesquisa e à divulgação da ciência sobre o setor público e privado no Brasil merecem os nossos mais sinceros votos de gratidão e louvor", declarou.

Segundo Jucá, uma "leve incursão" pelo *Perfil Institucional* revela o compromisso da FGV em superar as fronteiras do conhecimento na área de ciências humanas, gerando idéias e informações em prol do desenvolvimento socioeconômico do país.

Lobão destaca crédito para usina em São Luís

O senador Edison Lobão (PFL-MA) aplaudiu a concessão de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à empresa Mineração Tucuruí, no valor de R\$ 200 milhões, para a instalação de uma usina de pelotização de minério de ferro em São Luís, no Maranhão. A pelotização é o processo de aglomeração de partículas de um minério para facilitar operações metalúrgicas posteriores.

Lobão informou que o investimento total do empreendimento será de R\$ 440 milhões. O projeto vai criar 1.800 empregos na fase de construção da usina e 792 na fase de operação, frisou.

Antero elogia escolha de Tebet para a Integração

Para o senador, Fernando Henrique dá mais uma demonstração de que pretende cercar-se no ministério de pessoas que zelem pela probidade

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) elogiou sexta-feira, em Plenário, a atitude do presidente Fernando Henrique Cardoso de convidar o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) para ocupar o Ministério da Integração Nacional. Segundo o parlamentar, ao escolher Tebet, o presidente da República dá mais uma demonstração de que pretende cercar-se, no ministério, de pessoas que zelam "pela honra e pela probidade".

Antero destacou a atuação do senador sul-mato-grossense à frente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na investigação do episódio de violação do painel eletrônico do Senado, que levou à renúncia dos então senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda; da CPI do Judiciário; e, anteriormente, da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

— Nessas ocasiões — acrescentou Antero — Ramez Tebet demonstrou seu compromisso com a ética e revelou ser um excelente administrador. A escolha do presidente Fernando Henrique certamente vai contribuir para dimi-



Atuação de Ramez Tebet à frente do Conselho de Ética, da CPI do Judiciário e da Sudeco foi destacada por Antero Paes de Barros

nuir as desigualdades regionais.

No mesmo pronunciamento, Antero anunciou que o seu estado é o primeiro a formar uma turma de indígenas no segundo grau, preparando-os para o magistério. Além disso, continuou, até julho deste ano deverá ser inaugurada a primeira Universidade Indígena do Brasil, que receberá silvícolas brasileiros e da América Latina. "Mato Grosso é o estado que melhor trata os indígenas brasileiros", frisou.

Em outro trecho do discurso, ele refutou críticas feitas à gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso pelo senador Ademir

Andrade (PSB-PA), que o antecederia na tribuna. Na sua avaliação, entre os vários avanços obtidos pelo atual governo, estão a Lei Kandir, o desenvolvimento agrícola e o crescimento dos fundos constitucionais.

Em aparte, o senador Ademir Andrade afirmou estar surpreso com a postura de Antero Paes de Barros de ir à tribuna defender a Lei Kandir, "uma lei antipatriótica". Já o senador Bello Parga (PFL-MA) registrou que o Maranhão também está desenvolvendo um projeto para implantar o zoneamento agroecológico.

Novo ministro foi governador de Mato Grosso do Sul

O senador Ramez Tebet, convidado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para assumir o cargo de ministro da Integração Nacional, em substituição ao também senador Fernando Bezerra (PTB-RN), conta com a experiência de ter dirigido a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) e ocupado os cargos de vice-governador e governador de Mato Grosso do Sul. O suplente de Tebet é o médico Pedro Ubirajara de Oliveira, do PMDB, que foi vereador e prefeito de Aquidauana.

Eleito para o Senado com mais de 300 mil votos, em 1994, Ramez Tebet marcou sua atuação pela prioridade para áreas e temas em que utiliza sua formação acadêmica (Direito) e experiência profissional (como promotor), além do conhecimento acumulado pelo exercício de cargos executivos em



Escolhido para o Ministério da Integração Nacional, Tebet foi eleito senador em 1994, com 300 mil votos

um estado do Centro-Oeste e no antigo órgão de fomento ao desenvolvimento da região.

Na atividade parlamentar, Ramez Tebet ganhou destaque como presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário, que investigou irregularidades em todo o país — o que resultou, entre outras medidas, na prisão do ex-juiz Nicolau dos Santos Neto, bem como na cassação do mandato do ex-senador Luiz Estevão, ambos envolvidos em ir-

regularidades na obra do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo.

Mais recentemente e na condição de presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Ramez Tebet conduziu o processo de investigação da representação contra os ex-senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, denunciados como envolvidos na violação do painel eletrônico de votação do Senado.



Também abordando meio ambiente, Mozarildo disse que homem está em primeiro lugar

Pleito dos PMs de Roraima tem apoio de Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) pediu na sexta-feira ao governo federal revisão da medida provisória que alterou a política de remuneração dos policiais militares integrantes da carreira do ex-território federal de Roraima. A medida, conforme observou, estabeleceu novos critérios na política salarial dos militares, acabando, inclusive, com a revisão salarial em igual período e paridade em relação aos membros das Forças Armadas.

— É preciso que se encontre uma solução antes que este barril de pólvora venha a explodir — disse Mozarildo Cavalcanti, ao informar que há mais de 25 anos, quando Roraima ainda era território federal, seus policiais militares tinham reajustes salariais no mesmo período em que eram concedidos aos integrantes das Forças Armadas. Nessa situação, informou, se encontram os policiais e bombeiros do Distrito Federal e do ex-território do Amapá.

Mozarildo Cavalcanti enalteceu também, em seu pronunciamento, as comemorações pela passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, mas lamentou que alguns ambientalistas cheguem a colocar os animais antes do próprio homem. Deixou claro que não defende um ser humano devastador ou predador, mas lembrou que o meio ambiente deve estar a serviço do homem.

— Parece que estamos invertendo a ordem natural das coisas. É mais importante o nascimento de um mico-leão-dourado ou a constatação de que, no país, morrem 35 crianças por mil nascidas vivas? — indagou Mozarildo Cavalcanti, afirmando que o humanismo precisa estar sempre em primeiro lugar.

Lobão aplaude laboratório de energia alternativa

Universidade Federal do Maranhão vai desenvolver projetos para aproveitar os raios solares e a força dos ventos, anuncia senador

A inauguração, pela Universidade Federal do Maranhão (Ufema), de um laboratório destinado ao estudo de fontes alternativas para geração de energia foi anunciada sexta-feira pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele informou ao Plenário que o laboratório será utilizado por alunos e professores do curso de Engenharia Elétrica que integram o Núcleo de Energias Alternativas. Serão desenvolvidos projetos de aproveitamento dos raios solares e da força dos ventos para a geração de energia.

— Acredito ser chegada a hora de ingressarmos na era das fontes alternativas de energia. Sou daqueles que acreditam no aproveitamento das crises para a realização de mudanças e o desenvolvimento da criatividade como formas de superação dos problemas. A história



Lobão acredita nas crises para promoção de mudanças

da Humanidade está aí para dar razão a esse meu ponto de vista — disse Lobão. O senador ressaltou que a montagem do laboratório foi feita a um custo de R\$ 100 mil, financiados pelo Programa Trópico Úmido do Conselho Nacional de Pesquisas. Lembrou que, com o agravamento da crise do petróleo, a dificuldade de construção de hidrelétricas e termelétricas e a escassez de carvão mineral, entre outros fatores, as fontes alternativas de energia ganham mais importância. Lobão comentou ainda que

as fontes convencionais de energia geram grave degradação ao meio ambiente, com repercussões negativas sob o ponto de vista social, econômico e humano.

— Somam-se os motivos que aconselham investimentos maciços na tecnologia das energias alternativas. Esta é, não só, uma alternativa eficiente mas, também, uma energia limpa, pura, não-poluente, a princípio inesgotável, renovável e que pode ser encontrada em qualquer lugar.

Para o senador Lobão, o envolvimento da Universidade Federal do Maranhão na pesquisa de energias alternativas é um trabalho que eleva ainda mais o conceito de excelência desse centro acadêmico. “A iniciativa marca a proveitosa vida dessa instituição do meu estado, da qual tanto me envaideço”, disse.

Déficit de investimentos ajudou a gerar crise

Entre as causas da crise energética está o déficit de investimentos no passado, aliado ao aumento na demanda com expansão insuficiente de oferta — o que levou à sangria dos reservatórios com a ultrapassagem da margem de segurança do sistema. Essa foi a análise do consultor legislativo do Senado Omar Abbud, durante a palestra *A crise do Setor Energético*, realizada pela Consultoria Legislativa do Senado Federal (Conleg) na sexta-feira.

Abbud sugeriu como soluções para a crise o racionamento, a estabilização de uma estratégia nacional de abastecimento, a revisão do novo modelo do sistema brasileiro de energia elétrica e a complementação da reforma iniciada no setor, além do estímulo à co-geração e à autoprodução, a ampliação das ações de conservação de energia elétrica e também a diversificação da matriz energética.

Sobre a diversificação da matriz, a consultora Márcia Biato explicou que a energia renovável não vai resolver a crise, mas o investimento nessa possibilidade deve ser pensado a longo prazo. A consultora afirmou que o consumo de energia no Brasil não é alto — enquanto um bra-



Consultores legislativos do Senado debatem a crise e oferecem sugestões para enfrentar o racionamento

sileiro consome, em média, 2 mil kWh por ano, um norueguês gasta 25 mil kWh no mesmo período. Além disso, informou, há 20 milhões de brasileiros que não têm acesso à energia elétrica.

Márcia Biato explicou que a energia renovável é melhor para o meio ambiente e hoje não é tão mais cara do que a tradicional, uma vez que novas tecnologias a estão tornando mais barata. As principais fontes de energia renovável são: solar, eólica, geotérmica (energia retirada do calor do subsolo, pouco usada no Brasil, mais comum para calefação) e de biomassa (retirada, por exemplo, do bagaço da cana-de-açúcar, sendo uma energia cara).

Já o consultor David Waisman lembrou que, inicialmente, o país passou por modelo privado, depois

estatal e, agora, está voltando ao modelo privado. No Brasil, na época em que o sistema era privado, nos anos 40, 50 e 60, as crises energéticas eram comuns. A estatização surgiu como uma resposta ao problema. “Deu muito certo, desde os anos 70 não faltava energia no Brasil”, disse.

Mas à medida que o governo foi retirando autonomia dessas empresas, explicou Waisman, suas finanças se corroeram e o setor elétrico chegou a ser o mais endividado da economia brasileira. Quando Fernando Henrique Cardoso decidiu privatizar o setor, introduziu como principal mudança a competição no fornecimento privado. “O modelo é delicado, exige vigilância do governo e reforço na fiscalização”, afirmou.

Representação contra Eurico Miranda está com procurador



A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol já encon-

trou elementos que enquadram o presidente do Vasco e deputado federal Eurico Miranda (PPB-RJ) em crimes contra a ordem tributária, apropriação indébita, falsidade ideológica e crimes eleitorais. Representação que demonstra, entre outras irregularidades, que Eurico usou “laranjas” para movimentar recursos do Vasco, já foi encaminhada pelo relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), e pelo presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro.

Por meio do cruzamento de informações bancárias, a CPI descobriu que o funcionário do Vasco Aremithas José de Lima teria movimentado, de 1996 a 2000, R\$ 13,5 milhões em sua conta bancária. Porém, afirma a documentação encaminhada a Brindeiro, o funcionário tem “perfil de um cidadão integrante de classe de renda média-baixa”, que declara como única renda o salário que

recebe do Vasco.

A CPI acredita que os recursos da conta de Aremithas sejam originalmente da Vasco da Gama Licenciamentos (VGL), empresa criada para gerenciar a parceria entre o clube e o Nations Bank/Bank of America, e do próprio Vasco. Os dados encontrados pela CPI demonstram que cheques de grandes valores assinados por Aremithas foram usados para saldar compromissos do Vasco, como pagamentos a jogadores e funcionários do clube, e até para a campanha eleitoral de Eurico Miranda.

Em depoimento à CPI, o presidente da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Viana, revelou que nos últimos anos o Vasco da Gama frequentemente pedia à federação que depositasse créditos referentes a contratos com emissoras de televisão na conta de Aremithas e de outros funcionários do Vasco.



Álvaro Dias preside a CPI do Futebol no Senado

Para Althoff, deputado cometeu crime eleitoral

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), declarou na sexta-feira à *Agência Senado* que a quebra do sigilo bancário do funcionário do Vasco



Althoff: funcionário do Vasco movimentou R\$ 13,5 milhões

Are mithas José de Lima, que movimentou R\$ 13,5 milhões em suas contas bancárias em apenas quatro anos, demonstra que o deputado federal e presidente do clube, Eurico Miranda (PPB-RJ), cometeu crime eleitoral.

— Fica caracterizado o crime eleitoral a partir do momento em que ele usou recursos das contas de Aremithas para pagamento de despesas de sua campanha e de outros candidatos — afirmou.

Além do crime eleitoral, Althoff interpreta que as informações obtidas pela CPI permitem o enqua-

dramento de Eurico em crimes de falsidade ideológica, contra a ordem tributária e de apropriação indébita, já que o dinheiro usado na campanha eleitoral pertencia originalmente ao Vasco.

— Esse fato espelha o desmando no futebol nacional e mostra que temos que alterar a legislação para que esses acontecimentos não se repitam. O mais importante do nosso trabalho na CPI não é desqualificar ninguém, mas propor mudanças na lei para que o futebol possa se organizar como importante atividade econômica que é — disse.

Althoff destacou que as conclusões foram possíveis somente com a quebra do sigilo de Aremithas, mas a CPI já identificou outras pessoas que podem ter agido como “laranjas” de Eurico Miranda.